



## **OBJEÇÕES DO NOVO LÉXICO ORTOGRÁFICO:**

### **o léxico e toda sua história**

Gisele de Araujo Lima\*

Joana Batista de Souza Silva\*\*

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar as dificuldades e a expectativa do novo acordo ortográfico assinado em 1990, baseando-se na sua ideologia e seus motivos, o qual foi formado depois de muitas tentativas frustradas de modificação ortográfica. Onde todas essas tentativas foram com o fundamento de fixar e delimitar as diferenças existentes e prevenir contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa. Essa que não é só o nosso português, mas o de todos os países lusófonos, que ratificaram a modificação ortográfica depois de muita luta, pois para alguns deles essa modificação complicará na ortografia ou na pronúncia, mas, segundo os termos da nota explicativa duas ortografias oficiais da língua portuguesa, é largamente prejudicial para a unidade intercontinental e para o seu prestígio no mundo. E como iniciativa para minimizar os inconvenientes foi adotado então o novo acordo que entrará em vigor em 01 de janeiro de 2013.

**Palavras-chave:** Novo acordo ortográfico. Modificação. Desagregação ortográfica.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho aborda o tema do Acordo Ortográfico de 1990, tendo como objetivo geral apontar os motivos das objeções para que o mesmo só fosse aprovado e cobrado exatamente no início de 2013 onde será obrigatório o uso da nova ortografia, que segundo a nota explicativa da comissão de Lexicologia e Lexicografia da Associação Brasileira de

---

\* Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

\*\* Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

Letras (ABL) vem para proporcionar razoável simplificação no uso de sinais diacríticos auxiliares do sistema ortográfico, com a tarefa de desfazer possíveis duplicidades de interpretação motivadas pelas homografias entre palavras.

Ou seja, a comissão acredita que com esse novo acordo a escrita portuguesa se torne mais simples coerente e científica.

Este acordo é a 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) e têm estabelecido pela comissão de Lexicologia e Lexicografia quatro princípios metodológicos que tem o papel de garantir o compromisso com os propósitos oficiais, que visam o respeito ao texto do acordo, a coerência e o espírito simplificador, e tem a intenção de preservar a tradição da ortografia refletida dos vocabulários anteriores.

O novo acordo ortográfico entrará em vigor em 2013, mas já se tem novas edições atualizadas do VOLP. A primeira edição foi apresentada publicamente em 18 de março de 2009, por Cícero Sandroni (Presidente da Academia Brasileira de Letras), e é brasileira tendo em vista que Portugal tem um prazo maior para vigorar o acordo não tendo ainda a necessidade de um novo VOLP.

Consideramos que vigorará esse novo acordo e ainda nos manterá diferentes como apontado por (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2002, p. 23),

A definição de formação discursiva (Pêcheux, 1975; Courtine, 1982) faz com que possamos afirmar dos discursos em geral que se fala a mesma língua, mas se fala diferente. É assim que palavras como democracia significam “x” para um partido e “y” para outro. Estabelecendo um paralelo com esse jogo que define as formações discursivas, podemos afirmar o mesmo, agora pensando línguas que são consideradas as mesmas, porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a “mesma” língua, mas falamos diferente.

Então, segundo o que nos foi apontado continuaremos a falar de forma diferente, mas como a intenção da ABL com a mesma grafia e ainda assim falando a mesma língua, diferente.

## 2 AS PRIMEIRAS ORTOGRAFIAS

Até o século XX a ortografia era seguida pelos fonemas gregos onde se escrevia (*theatro, estylo, pharmacia, caravella*) com consoantes dobradas e consoantes nulas que influenciavam na pronúncia da vogal anterior. Em 1911 Portugal implantou uma nova ortografia, mas o Brasil ainda se manteve com os fonemas gregos, em 1931 foi feito o

primeiro acordo que levou ao acordo de 1943, em 1945 houve a convenção ortográfica que foi aprovada pelo Decreto-Lei 8.286/45, mas não foi validado devido à revogação da Lei 2.623/55 mantendo-se então a ortografia de 1943.

Em 1986 houve uma reação em ambos os países onde o propósito era suprir a acentuação gráfica nas palavras esdrúxulas (ou proparoxítonas). Então em 1988 foi elaborado um “Anteprojeto de Bases da Ortografia unificada da Língua Portuguesa” para atender as críticas feitas a proposta de 1986, e esse levou á assinatura do novo Acordo Ortográfico de 1990.

### **3 A SOLUÇÃO DA GRAFIA**

Houve vários protocolos de modificação do acordo, onde visavam agradar a todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi depois de muitos protocolos que se chegou à conclusão final para a data prevista da entrada em vigor do acordo. Era prevista para 01 de janeiro de 1994, mas somente com a ratificação de todos os membros, o que ficou pendente porque somente Portugal, Brasil e Cabo verde ratificaram o documento.

Então devido ao imprevisto, como solução foi assinado um novo “Protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, que retirou a data prevista de entrar em vigor o novo acordo do texto original, mas ainda era necessária a ratificação de todos os países.

O Brasil ratificou o Segundo Protocolo Modificativo em outubro de 2004, Cabo Verde em abril de 2005, São Tomé e Príncipe em 17 de novembro de 2006, com essas três ratificações cumpriu-se o protocolo. Mesmo com a liberação das novas normas para os três países acharam melhor aguardar a ratificação de Portugal, que foi em 16 de maio de 2008. Timor-Leste e Guiné-Bissau também ratificaram o acordo ortográfico, e o último foi Moçambique que ratificou em junho de 2012, faltando apenas Angola.

Para o acordo foi publicado um vocabulário ortográfico unificado da língua portuguesa em 18 de março de 2009 e foi apresentado publicamente com uma grafia de 381.128 palavras. Devido a esse acordo já estar em vigor desde 2010 os ministros da CPLP criaram um grupo de trabalho para elaborar um “Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa” que funciona para todos os oito países lusófonos, o mesmo deverá estar concluído em 2014.

O acordo foi assinado por sete países e é composto de quatro artigos, o anexo I que é a lista ortográfica do novo alfabeto da língua portuguesa, o anexo II é a nota explicativa que aponta os acontecimentos ortográficos anteriores da reforma, as ratificações assinadas pelos países lusófonos e as bases do acordo que é composta pelas novas regras, essas que vem sofrendo alteração desde 1911, quando Portugal promoveu sua primeira reforma ortográfica individualmente, levando assim a um primeiro acordo que foi aplicado no Brasil em 1943, mas esse não resolveu todos os problemas de grafia entre os países Brasil e Portugal, então em 1945 foi aprovado um acordo final, mas não foi validado pelo congresso nacional. E novamente em 1973 houve um entendimento entre ambos os países para aproximar a escrita onde suprimiram o acento gráfico e aqueles que marcavam a sílaba subtônica nos vocábulos derivados com o sufixo-mente ou iniciados com -z- e em 1986 surgiu a crítica das proparoxítonas que levou ao Anteprojeto de 1988 que foi a base para o acordo de 1990 que entrará em vigor em 2013, com um prazo anterior a esse de três anos desde a divulgação do acordo em 01 de janeiro de 2009. Esse acordo unificara ortograficamente cerca de 98% do vocabulário geral da língua, que é melhor que a visão do acordo de 1945 e 1986 que visavam uma unificação ortográfica absoluta, cerca de 99,5% o de 1986, e 100% o de 1945, do vocabulário geral da língua.

A linguagem escrita será modificada, mas a falada permanecerá. O que segundo Mario Eduardo Martelotta (2009, p. 26) é:

Uma segunda diferença importante entre a lingüística e a gramática tradicional, é que os lingüistas consideram a língua falada, e não a escrita, como primária. Qualquer atividade de escrita representa um processo mais sofisticado e adquirido mais tardiamente, como comprovaram as seguintes observações gerais: começamos a falar antes de aprender a escrever, falamos mais do que escrevemos em nossa rotina diária, todas as línguas naturais foram faladas antes de serem escritas.

Segundo a nota explicativa a inviabilização prática de tais soluções leva-nos à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa.

#### **4 CONCLUSÃO**

Identificamos que após o consenso de todos os países com a ratificação do novo acordo ainda há algumas inconcordâncias entre ambos, pois houve muitos benefícios no nosso país (Brasil), mas para outros isso complicará a ortografia, mas como citado em um trecho da

Martelotta (2009) a sua linguagem vem da sua origem da sua criação, do que você aprendeu quando criança e viveu durante a vida, essa é a linguagem falada que mesmo com a modificação do acordo não será destituída dos países, acredito que não acarretar nas crianças que nascerão após o vigoramento do acordo, porque em muitas das modificações, se tirará os acentos, mas a pronúncia continuará a mesma, o que acredito que não prejudicará nossos futuros alunos. O nosso objetivo nesse artigo foi passar algumas informações sobre o passado do novo acordo que como citado no texto demorou quase uma década para chegar a uma exatidão que o levasse a entrar finalmente em vigor.

## **OBJECTIONS OF THE NEW ORTHOGRAPHIC LEXICON: the lexicon and all its history**

### **ABSTRACT<sup>1</sup>**

This article aims to analyze the problems and expectations of the new orthographic agreement signed in 1990, based on its ideology and its grounds, which was formed after many failed attempts to change spelling. Where were all these attempts on the ground set and define the differences and to prevent the breakdown of the Portuguese language spelling. This is not only our Portuguese, but all Portuguese speaking countries, which have ratified the modified spell after much struggle, because for some of them that modification complicated in spelling or pronunciation, but under the terms of the note two spellings officers of the Portuguese language, is widely detrimental to the stock intercontinental and its prestige in the world. And as an initiative to minimize disruption was adopted so that the new agreement will come into force on January 1, 2013.

**Keywords:** New orthographic agreement. Modification. Breakdown spelling.

### **REFERÊNCIAS**

ACORDO ortográfico da língua portuguesa. **Priberam**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-176.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2012.

---

<sup>1</sup> Tradução por Juliana Freitag Schweikart (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Deh. Nova ortografia da língua portuguesa entra em vigor em 2009. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/07/415676-nova-ortografia-da-lingua-portuguesa-entra-em-vigor-em-2009.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2012.

ORLANDI. Eni P. Para uma História das Idéias no Brasil. In: **Língua e Conhecimento Lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2002.